

Aperto monetário

Economia**CORREIO BRAZILIENSE**

aumentará até janeiro

PAULENIR DE SOUZA

Mesmo com a possibilidade de agravar o quadro recessivo previsto para os primeiros meses de 1991, técnicos do Banco Central estudam mecanismos para ampliar o arrocho monetário. O Governo entende que alguns setores da sociedade (o sistema bancário, por exemplo) ainda não completaram sua cota de sacrifício para que se possa alcançar os principais objetivos do Plano Collor, que são a queda da inflação e a retomada do crescimento econômico. As novas fórmulas de aperto da política monetária são encaradas pelo Ministério da Economia como o mecanismo que resta para forçar os agentes econômicos a contribuírem, pois os demais recursos já estão esgotados ou desgastados.

Com a ministra Zélia Cardoso de Mello sinalizando com a prefixação de salários e uma forma alternativa de controle de preços (descartada a hipótese de congelamento nos moldes dos planos de estabilização anteriores), a meta de diminuir os meios de pagamento tornou-se prioritária. A partir desta avaliação, os técnicos da área econômica admitem a urgência de novas medidas de política monetária, mas pretendem esperar até o final do ano.

Nos 45 dias que restam para administrar um aquecimento de

demandas ainda não estimado, os ajustes diárias que o Banco Central pretende fazer no setor financeiro não prevêem medidas de impacto, segundo garantem. Uma pré-avaliação revelou que o acrescimo da massa salarial não deverá ser distribuído no mesmo patamar, para consumo e produção. Com os preços inflados, devido ao receio de um congelamento, o próprio mercado acabaria criando mecanismos internos de contenção de demanda.

A expansão monetária, que já anda acima das metas do Plano, é estimada em outubro em aproximadamente Cr\$ 503 bilhões (dinheiro em poder do público). Essa massa sofre, no último mês do ano, um acréscimo de pelo menos 40 por cento, em função do aumento momentâneo da participação dos salários (13%). Por isso, o mês de dezembro é anacrônico como atípico, para se fazer projeções voltadas para o ano seguinte. O mesmo se aplica a janeiro, só que pelos motivos opositos.

Não preocupa o Governo o anúncio feito esta semana, por consideráveis setores da economia (indústria e comércio), de férias coletivas. Se fechar esse ano com um queda no Produto Interno Bruto da ordem de quatro por cento, o que representa 13 bilhões de dólares, o Plano estará dentro de seus limites de implantação. O esforço desenvolvido em

outros países, como o Chile, causou uma queda de até 14 por cento. Isso, segundo assessores econômicos do ministério, colocaria o País numa posição cômoda, a ponto de não necessitar crescer em 1991. O que estimam, é que o quadro recessivo se estende até o segundo semestre do ano que vem, registrando, ao final, uma taxa de crescimento zero.

O horizonte de médio e longo prazo, com que os técnicos trabalham hoje, apontaria para a maior retração já experimentada pela economia brasileira. O nível de investimentos do Estado tenderia para zero, a fim de não produzir efeitos nocivos sobre o déficit público num cenário de inflação "estável" e recessão "tolerável". O desemprego é apenas uma variável a ser mantida em nível "satisfatório, mas com muito mais sacrifícios", entende um assessor do secretário Antônio Kandir, de Política Econômica. Segundo o próprio Kandir, "vai ser tanto maior, quanto menor for a contribuição dos agentes econômicos".

O Governo não espera fazer com que os índices inflacionários recrudesçam apenas por seu esforço próprio. "Isto não funcionou no passado e não seria agora que iria funcionar", avalia Kandir. A expectativa é de que, cedo ou tarde, trabalhadores, empresários e Governo se unam num pacto de controle de preços.